



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

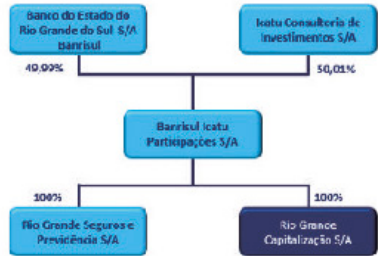
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimentos S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, através do canal de vendas do Banrisul. Nessas Demonstrações, a Rio Grande Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia".

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		
CIRCULANTE	407.245	399.065
Disponível	17.752	6.305
Caixa e Bancos	388	347
Equivalentes de Caixa	Nota 5 17.364	5.958
Aplicações	Nota 5 379.613	390.105
Créditos das Operações de Capitalização	17	4
Outros Créditos Operacionais	Nota 6 5.676	2.309
Títulos e Créditos a Receber	4.187	342
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 4.187	342
ATIVO NÃO CIRCULANTE	678.815	533.647
Realizável a Longo Prazo	678.815	533.647
Aplicações	Nota 5 671.927	533.628
Títulos e Créditos a Receber	6.887	19
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 6.343	19
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 12 544	–
Intangível	1	–
TOTAL DO ATIVO	1.086.060	932.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2020	20.000	34	325	–	–	20.359
Aumento de Capital Social	–	–	–	2.246	–	2.246
Lucro Líquido	–	–	–	–	7.024	7.024
Proposta para Distribuição do Resultado:						
Reserva Legal	–	352	–	–	(352)	–
Reserva Estatutária	–	–	3.336	–	(3.336)	–
Dividendos Mínimos Obrigatórios	–	–	–	–	(3.336)	(3.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	386	3.661	2.246	–	26.293
Aumento de capital - AGE 25/02/21 Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 153, de 17/05/21	20.000	–	–	–	–	20.000
Aumento de capital - AGE 29/03/21- Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 213, de 15/06/21	30.000	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital - AGE 26/08/21 -Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 564, de 28/12/21	20.000	–	–	–	–	20.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	–	–	–	(7.080)	–	(7.080)
Prejuízo Líquido do exercício	–	–	–	–	(4.680)	(4.680)
Reserva Legal	–	(386)	–	–	386	–
Reserva Estatutária	–	–	(3.661)	–	3.661	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.000	–	–	(4.834)	(633)	84.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Rio Grande Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Consultoria de Investimentos S.A..

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

1.1. Transferência de carteira do balcão Banrisul – Icatu Capitalização

A Companhia firmou o contrato de transferência parcial da carteira de capitalização da Icatu Capitalização para a Companhia, constituída pelos títulos comercializados no balcão Banrisul. Após as aprovações pelo Banco Central do Brasil, em abril de 2018, e da SUSEP, que ocorreu através da Portaria SUSEP/DIR3 nº 7.236, de 13 de novembro de 2018, e publicado no Diário Oficial em 16 de novembro de 2018, a operação iniciou em setembro de 2019 com os produtos de incentivo e concluída com os produtos tradicionais em setembro de 2020.

Abaixo, destacamos o quadro com os registros contábeis efetuados em setembro de 2020, referente ao acervo líquido da carteira de transferência dos produtos tradicionais.

Ativo	840.770	Passivo	840.770
Circulante	840.770	Circulante	837.214
Aplicações Financeiras	837.098	Depósito de Terceiros	116
Créditos das Operações de Capitalização	3.672	Provisões Técnicas - Capitalização	837.098
		Acervo Líquido	3.556

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021, com o pico de óbitos diários confirmados, em 08 de abril de 2021, atingindo 4.249 mortes. No segundo semestre, apesar do número de casos de contágios confirmados ter aumentado, com o pico em 18 de setembro de 2021 de 150.106 casos confirmados, o número de óbitos confirmados reduziu consideravelmente.

As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia, que vêm sendo relaxadas no Brasil, dada a queda brusca de mortes. Dada a reação em

2. Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no início de 2021 e com o início da campanha de vacinação no país, as atividades estão retornando aos poucos à normalidade. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem tomando todas as medidas necessárias no monitoramento do negócio, como um todo, de forma a garantir que a operação siga sem ser afetada de forma relevante pela pandemia.

3. Transferência de carteira

A Companhia concluiu, em setembro de 2020, o processo de transferência da carteira de títulos de capitalização comercializados no balcão de vendas do Banrisul da Icatu Capitalização S.A., como previsto na Portaria SUSEP/DIR3 nº 7.236 entre Icatu e Banrisul assinado em 13 de novembro de 2018. Adicionalmente, a Companhia passou a comercializar, com exclusividade, produtos de capitalização através dos canais de venda do banco por um período de vinte anos, a conta de 01 de setembro de 2019. Os produtos de incentivo começaram a ser comercializados na data anteriormente informada e os produtos tradicionais, começaram a ser comercializados um ano após (setembro de 2020).

4. Desempenho nas operações de capitalização

4.1. Operação e Patrimônio

A arrecadação da Companhia, durante o ano de 2021, foi de R\$ 508.931 (R\$ 203.527 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 150,06%. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 94.174 (R\$ 43.806 no mesmo período do ano anterior), representando um expressivo aumento de 114,98%. Os sorteios representaram R\$ 21.533 (R\$ 17.311 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 24,39%, e os custos de aquisição foram de R\$17.011 no primeiro semestre de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.086.060 (R\$ 932.712, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 16,44%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, atingiu o montante de R\$ 84.533 (R\$ 26.293, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 221,50%. A transferência de carteiras, explicada no item 3 acima, tem impacto relevante nos comportamentos dos números em uma análise comparativa. Esses mesmos impactos são observados nas despesas administrativas, descritas mais à frente.

4.2. Resultado Financeiro e Solvência

As receitas financeiras no ano de 2021 totalizaram R\$ 33.771 (R\$ 20.012, no mesmo período do ano anterior).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 16.012, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 48.553 em 31 de dezembro de 2020), 273% de suficiência de capital (144% em 31 de dezembro de 2020).

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

No exercício de 2021, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 50.035 (R\$ 15.129 em 2020) pagos à serviços terceirizados, R\$ 4.935 (R\$ 1.576 em 2020) em tributos indiretos e R\$ 3.101 (R\$ 4.592 em 2020) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

A Deloitte Touche Tohmatsu Consultores atua na auditoria atuarial das companhias de capitalização reguladas pela SUSEP.

7. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2021	31/12/2020
Arrecadação com Títulos de Capitalização	Nota 16 a) 508.931	203.527
Variação da Provisão para Resgate	Nota 16 a) (407.405)	(155.846)
Variações das Provisões Técnicas	Nota 16 a) (7.352)	(3.875)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	94.174	43.806
Resultado com Sorteio	Nota 16 b) (19.041)	(17.299)
Custo de Aquisição	Nota 16 c) (17.011)	(7.036)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 16 d) 13.834	3.466
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	71.956	22.937
Despesas Administrativas	Nota 16 e) (50.313)	(15.294)
Despesas com Tributos	Nota 16 f) (4.935)	(1.576)
Resultado Financeiro	Nota 16 g) (24.489)	5.550
RESULTADO OPERACIONAL	(7.781)	11.617
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(7.781)	11.617
Imposto de Renda	Nota 17 1.938	(2.843)
Contribuição Social	Nota 17 1.163	(1.750)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(4.680)	7.024
Quantidade de Ações	90.000.000	20.000.000
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício por Ação - R\$	(0,052)	0,351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.680)	7.024
Ativos financeiros disponíveis para venda	(7.080)	2.246
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(11.800)	3.743
Imposto sobre o ganho/(perda) originado(a) no exercício	4.720	(1.497)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(11.760)	9.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	(4.680)	7.024
Ajustes para:		
Variação das Provisões técnicas - capitalização	466.232	1.024.387
Variação de Impostos sobre o Lucro	3.690	5.010
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(139.607)	(892.185)
Créditos das operações de capitalização	(13)	10
Créditos fiscais e previdenciários	(9.433)	(304)
Depósitos judiciais e fiscais	(544)	–
Outros ativos	(3.367)	(2.144)
Outras contas a pagar	4.154	10.301
Débitos de operações com capitalização	(951)	1.777
Depósitos de terceiros	(30)	66
Provisões técnicas - capitalização	(363.848)	(146.460)
Outros passivos	30	(1.090)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(48.367)	6.392
Imposto sobre o lucro pagos	(6.849)	(1.612)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(55.216)	4.780
Aumento de capital	70.000	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(3.337)	(253)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	66.663	(253)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.447	4.527
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.305	1.778
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.752	6.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5)
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.8 e 10).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
 - Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.
- As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os derivativos são classificados no ativo circulante “recebíveis” ou no passivo circulante “contas a pagar”, sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros “disponíveis para a venda” são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis”.

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.7.1. IRPJ e CSLL Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e portanto, provável que haja um descaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das demonstrações financeiras, até que uma decisão judicial a altere, favoravelmente à Companhia.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão Matemática para Capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores,

deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para Distribuição de Bônus

A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da Provisão Matemática para Capitalização.

3.9.3. Provisão para Resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

3.9.4. Provisão para Sorteios a Realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão para Despesas Administrativas

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão nesta data-base.

3.9.7. Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

O registro contábil dos dividendos nas Demonstrações acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as Demonstrações anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do exercício. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

Os Juros Sobre o Capital Próprio, assemelham-se aos dividendos por serem uma modalidade de remuneração de capital próprio, com benefícios fiscais limitados. O teto do benefício é apurado a partir de cálculos determinados na legislação em vigor, e os pagamentos dentro deste limite podem ser registrados como despesa, no resultado do exercício da Companhia, incidindo sobre o montante pago o imposto de renda retido na fonte com alíquota de 15%. Essa troca de tributação por uma incidência de imposto de renda menor é o benefício fiscal que difere os JSCP dos dividendos e visam incentivar o investimento no mercado de ações.

3.11. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 10), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 12), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas em 2021 e 2020 e consideram qualquer agravamento que a pandemia de COVID pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.12. Nova norma contábil ainda não adotada

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não foi adotado antecipadamente:

3.12.1. IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme amendment do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo amendment e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting).

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada com o Grupo Icatu, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de risco organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos que são constituídos em quatro etapas sendo elas identificação/revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as áreas da Companhia, onde está compreendida a unidade de negócio, estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas de defesa, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser críticos, severos, moderados e reduzidos.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis de são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de um ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Todos as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o

emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 823.700, correspondentes a 77% (R\$ 787.278, correspondentes a 85% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 245.172 (R\$ 142.487 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.
- (ii) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	31/12/2021			31/12/2020				
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	–	0,88	1.606	494.933	273	0,93	24.718	552.247
Taxa Referencial	–	0,90	–	–	–	0,93	–	–
IGPM	–	0,98	–	–	–	0,91	–	–
IPCA	45	0,99	2.486	81.068	56	0,99	2.874	84.987
Ações	–	0,99	–	–	–	0,96	–	–

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	388	–	–	388
Equivalente de Caixa	17.364	–	–	17.364
Aplicações Financeiras	318.346	22.816	710.378	1.051.540
Créditos das Operações de Capitalização	17	–	–	17
Títulos e Créditos a Receber	4.187	–	–	4.187
Total de ativos	340.302	22.816	710.378	1.073.496
Contas a pagar	7.434	–	–	7.434
Provisões Técnicas	404.749	272.783	315.669	993.201
Débito das operações	826	–	–	826
Depósitos de terceiros	36	–	–	36
Total de passivos	413.045	272.783	315.669	1.001.497

Ativos e passivos	31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	347	–	–	347
Equivalente de Caixa	5.958	–	–	5.958
Aplicações Financeiras	262.677	86.595	574.461	923.733
Créditos das Operações de Capitalização	4	–	–	4
Títulos e Créditos a Receber	342	–	–	342
Total de ativos	269.328	86.595	574.461	930.384
Contas a pagar	13.759	–	–	13.759
Provisões Técnicas	337.940	219.621	333.256	890.817
Débito das operações	1.777	–	–	1.777
Depósitos de terceiros	66	–	–	66
Total de passivos	353.542	219.621	333.256	906.419

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no aging não apresenta risco.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e compliance. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializam ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para mitigar os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariam as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 31 de dezembro de 2021, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 508.931 (203.527 em 31 de dezembro de 2020), distribuída em grande maioria

na região Sul no montante de R\$ 503.132 representando 99% nesta data (R\$ 199.872 que representava 98% em 31 de dezembro de 2020) e nas demais regiões no montante de R\$ 5.799 representando 1% (R\$ 3.655 no qual representava 2% em 31 de dezembro de 2020).

4.1.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu como um todo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 17.364 (R\$ 5.958 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 252.514 (R\$ 94.835 em 31 de dezembro de 2020). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 8.057 e líquidas, de R\$ 4.834 (ganhos brutos de tributos de R\$ 3.743 e líquidos de R\$ 2.246 em 31 de dezembro de 2020), apresentado no item seguinte:

31/12/2021									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	—	90.390	26.613	—	117.003	117.003	10,95%	11,59%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+2,90%	—	116	1.182	33.471	34.769	34.769	3,25%	3,44%
Operações Compromissadas (Lastro LTN)	SELIC	—	227.808	—	—	227.808	227.808	21,31%	22,57%
Outros Aplicações		9	24	—	—	33	33	—	—
Total		9	318.338	27.795	33.471	379.613	379.613	35,51%	37,60%

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:

Operações Compromissadas	SELIC	—	17.364	—	—	17.364	17.364	1,64%	1,75%
Total		—	17.364	—	—	17.364	17.364	1,64%	1,75%

II. Títulos Disponíveis para Venda:

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+3,25%	—	—	—	44.618	44.618	44.618	4,17%	4,42%
Nota do Tesouro Nacional - PRE	7,45%	—	—	—	11.807	11.807	11.807	1,10%	1,16%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	—	—	132.715	55.318	188.032	188.032	17,59%	18,63%
Total		—	—	132.715	111.743	244.457	244.457	22,86%	24,21%

III. Mantido Até o Vencimento:

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRE	6,77%	—	—	—	427.470	427.470	367.778	39,99%	47,34%
Total		—	—	—	427.470	427.470	367.778	39,99%	47,34%
Total das Aplicações Financeiras		9	335.702	160.510	572.684	1.068.904	1.009.212	100%	100%
Circulante						396.977			
Não Circulante						671.927			

31/12/2020									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses 60	De 13 a 60 meses 60	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	—	126.223	90.476	—	216.699	216.699	23,31%	23,07%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	—	—	501	36.451	36.952	36.952	3,97%	3,94%
Operações Compromissadas	SELIC	—	136.529	—	—	136.529	136.529	14,69%	14,53%
Outros Aplicações		11	(85)	—	—	(75)	(75)	(0,01)%	(0,01)%
Total		11	262.667	90.977	36.451	390.105	390.105	41,96%	41,53%

I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:

Operações Compromissadas	SELIC	—	5.958	—	—	5.958	5.958	0,64%	0,64%
Total		—	5.958	—	—	5.958	5.958	0,64%	0,64%

II. Títulos Disponíveis para Venda:

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 3,25%	—	—	—	48.006	48.006	48.006	5,16%	5,11%
Nota do Tesouro Nacional - PRE	7,58%	—	—	—	50.573	50.573	50.573	5,44%	5,38%
Total		—	—	—	98.579	98.579	98.579	10,60%	10,49%

III. Mantido Até o Vencimento:

Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRE	6,77%	-	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total		-	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total das Aplicações Financeiras		11	268.625	90.977	570.079	929.691	939.370	100%	100%
Circulante						396.063			
Não Circulante						533.628			

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2020	26.790	—	6.201	32.991
(+) Aplicações	977.841	92.292	420.189	1.490.322
(-) Resgates	(616.670)	—	(688)	(617.358)
(+) Rendimentos	8.103	2.543	9.347	19.993
(+/-) Ajuste ao valor justo	—	3.743	—	3.743
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	396.064	98.578	435.049	929.691
(+) Aplicações	686.838	386.965	—	1.073.803
(-) Resgates	(672.791)	(239.891)	(35.142)	(947.824)
(+) Rendimentos	(13.134)	10.605	27.563	25.033
(+/-) Ajuste ao valor justo	—	(11.800)	—	(11.800)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	396.977	244.457	427.470	1.068.904

*Os valores de resgate na categoria de mantidos até o vencimento são referentes aos pagamentos de juros semestrais das Notas do Tesouro Nacional.

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

31/12/2021			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	396.944	33	396.977
Notas do Tesouro Nacional:	117.003	—	117.003
Operações Compromissadas	34.769	—	34.769
Outros Aplicações	245.172	—	245.172
II. Títulos disponíveis para venda:	244.457	—	244.457
Notas do Tesouro Nacional:	56.425	—	56.425
Letras Financeiras do Tesouro	188.032	—	188.032
III. Mantido até o vencimento:	427.470	—	427.470
Notas do Tesouro Nacional:	427.470	—	427.470
Total (I + II + III)	1.068.871	33	1.068.904

31/12/2020			
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	396.138	(74)	396.064
Notas do Tesouro Nacional:	216.699	—	216.699
Operações Compromissadas	36.952	—	36.952
Outros Aplicações	142.487	—	142.487
II. Títulos disponíveis para venda:	98.578	—	98.578
Notas do Tesouro Nacional:	98.578	—	98.578
Letras Financeiras do Tesouro	—	—	—
III. Mantido até o vencimento:	435.049	—	435.049
Notas do Tesouro Nacional:	435.049	—	435.049
Total (I + II + III)	929.765	(74)	929.691

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2021						
					Exposição (notional)	
Futuro	Posição	Venci- mento	Indexador de referência	Quanti- dade	Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	jan/22	CDI	5	500	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	jan/27	CDI	2.875	173.716	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	jan/29	CDI	2.085	102.424	Hedge Taxa pré fixada

31/12/2020						
Futuro	Posição	Venci- mento	Indexador de referência	Quanti- dade	Exposição (notional)	Objetivo
					Total em R\$ mil	
DI1	Comprado	jan/22	CDI	5	486	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	jan/27	CDI	125	8.614	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	jan/29	CDI	800	47.090	Hedge Taxa pré fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa rubrica era de R\$ 5.676 (R\$ 2.309 em 31 de dezembro de 2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo - Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	2.487	321
Contribuição Social	1.700	21
Total de Créditos Fiscais	4.187	342

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica “Tributos Diferidos”.

	31/12/2020	Consti-tuição/	Realiza-ção/	31/12/2021
Ativo - Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	12	26.889	(22.937)	3.964
Diferenças Temporárias	12	439	(172)	279
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	—	24.779	(22.765)	2.014
Prejuízo Fiscal	—	1.671	—	1.671
Contribuição Social Diferida	7	16.134	(13.762)	2.379
Diferenças Temporárias	7	263	(103)	167
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	—	14.868	(13.659)	1.209
Base negativa	—	1.003	—	1.003
Total de Créditos Fiscais Diferidos	19	43.023	(36.699)	6.343
Passivo - Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	(936)	(105)	1.041	—
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(936)	(105)	1.041	—
Contribuição Social Diferido	(561)	(63)	624	—
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	(561)	(63)	624	—
Total de Débitos Fiscais Diferidos	(1.497)	(168)	1.665	—
Total de Créditos e Débitos Diferidos	(1.478)	42.855	(35.034)	6.343

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 826 (R\$ 1.777 em 31 de dezembro de 2020).

10. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão Matemática para Capitalização	728.284	407.937	(360.895)	46.717	822.043
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	50.477	207.734	(203.640)	31	54.602
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	44.146	154.758	(154.504)	20	44.421
Provisão para Resgates	822.907	770.431	(719.039)	46.768	921.067
Provisão para Sorteios a Realizar	14.400	20.856	(24.676)	316	10.896
Provisão de Sorteios a Pagar	4.071	22.968	(21.739)	14	5.314
Provisão para Sorteios	18.471	43.824	(46.415)	330	16.210
Provisão para Distribuição de Bônus	47.045	17.808	(11.197)	2.267	55.924
Provisão para Despesas Administrativas	2.394	1.052	(3.446)	-	-
Outras Provisões	49.439	18.860	(14.642)	2.267	55.924
Total	890.817	833.115	(780.096)	49.365	993.201

	Saldos em 01/01/2020	Transferência de Carteira	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisão Matemática para Capitalização	9.301	682.243	155.907	(132.913)	13.746	728.284
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	-	50.750	86.058	(86.332)	1	50.477
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1	42.811	47.575	(46.243)	2	44.146
Provisão para Resgates	9.302	775.804	289.540	(265.488)	13.749	822.907
Provisão para Sorteios a Realizar	1.548	14.166	19.621	(21.225)	290	14.400
Provisão de Sorteios a Pagar	2.009	722	18.672	(17.340)	8	4.071
Provisão para Sorteios	3.557	14.888	38.293	(38.565)	298	18.471
Provisão para Distribuição de Bônus	-	44.642	5.079	(3.603)	927	47.045
Provisão para Despesas Administrativas	31	1.764	1.162	(563)	-	2.394
Outras Provisões	31	46.406	6.241	(4.166)	927	49.439
Total	12.890	837.098	334.074	(308.219)	14.974	890.817

10.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido. As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

VARIÁVEL	Coberturas de Risco: Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		31/12/2021	31/12/2020
Resultado Sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(3.216)	(2.613)
Resultado Sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	3.216	2.613

11. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:		
Total a ser coberto	993.201	890.817
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	991.848	933.412
Total dos Ativos Vinculados	991.848	933.412
Equivalente de Caixa	17.364	5.958
Total de Aplicações (d)	1.009.212	939.370
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	16.012	48.553

12. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

12.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis			
31/12/2021			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	3	30	30
Possível	1	23	-
Remoto	1	-	-
Total	5	53	30

Causas Fiscais			
31/12/2021			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	2	400	-
Total	2	400	-

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	31/12/2021
Saldo Inicial	-
Adições	32
Atualização Monetária	3
Baixa	(12)
Ajuste	7
Saldo Final	30

12.2. Outras contas a pagar – Obrigações Fiscais

No grupo "Outras Contas a Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2021
COFINS	-	496	11	507
PIS	-	80	2	82
Total - Obrigações Fiscais	-	576	13	589

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	77	82	467	507	544	589

Os mandados de segurança nº5013983-57.2021.4.03.6100 e nº 5001912-23.2021.4.03.6100, questionam exigência do PIS e da COFINS, incidentes sobre as Receitas Financeiras de Ativo Livre e de Prescrição, respectivamente, ambos nos termos da Lei nº12.973/2014. Perda Possível. O recurso está aguardando sentença.

Os depósitos judiciais e fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como depósitos fiscais no montante de R\$ 544, no qual o montante de R\$ 528 são referentes a adições e R\$ 16 são referentes a atualização monetária.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2020) é representado por 90.000.000 ações ordinárias (20.000.000 em 31 de dezembro de 2020).

13.2. Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 4.047 em 31 de dezembro de 2020, são compostas por: Reserva Legal de R\$ 385 em 31 de dezembro de 2020, que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 3.662 em 31 de dezembro de 2020, é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

No exercício de 2021, a Companhia apresentou R\$4.680 de prejuízo e utilizou as reservas de lucro para compensação, restando R\$633 de Prejuízos Acumulados à compensar com lucros futuros.

13.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários

que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de (R\$ 4.834) (R\$ 2.246 em 31 de dezembro de 2020), líquidos dos tributos.

13.4. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2021
Patrimônio Líquido	84.533
Ajustes contábeis	(3.276)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(2.673)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(602)
Ativos Intangíveis	(1)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	9.644
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(32.625)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	5.112
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	37.157
Subtotal PLA - nível	90.902
PLA Nível I	45.565
PLA Nível II	42.270
PLA Nível III	3.067
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(35.114)
Limitador 15% CMR - PLA nível III	-
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	(35.114)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	55.787
Capital Base (CB) (a)	10.800
Capital de Risco de Crédito	4.753
Capital de Risco de Subscrição	4.504
Capital de Risco - Mercado	14.118
Capital de Risco - Redução por correlação	(5.238)
Capital de Risco - Operacional	2.308
Capital de Risco (CR) (b)	20.445
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	20.445
Patrimônio líquido ajustado	55.788
(-) Exigência de capital - EC	(20.445)
Suficiência de capital - R\$	35.343
Suficiência de capital (% da EC)	273%

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Icatu Seguros S. A (c)	-	-	(1.809)	-	6.414	5.422
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda (a)	-	-	(1)	(26)	-	-
Icatu Assessoria Ltda (d)	(3.856)	(3.924)	(49.805)	(14.898)	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S. A (c)	(6.687)	(8.768)	(1.100)	(1.479)	19.039	19.575
Banrisul Icatu Participações (b)	-	-	(3.337)	-	-	-
Total	(10.543)	(16.029)	(52.715)	(16.403)	25.453	24.997

- (a) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (c) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (d) Valores referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

15. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

				31/12/2021
Produto	Processo	% de carregamento	Taxas de Juros	Índice de correção
PM910T3	15414.004504/2009-51	15,79%	0,5% a.m.	TR
PM537T	15414.901669/2019-44	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM171T	15414.901248/2013-28	11,09%	0,5% a.m.	TR
PM538T	15414.901670/2019-79	9,55%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR

16. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

Há variações significativas no resultado, em função da transferência de carteira do Banrisul ter sido realizada em setembro de 2020.

16.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Título de Capitalização Emitido	509.157	203.606
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(226)	(79)
Reversão da Provisão Para Resgate	158	77
Constituição da Provisão Para Resgate	(407.563)	(155.923)
Reversão da Provisões Técnicas	11.897	2.605
Constituição da Provisão Técnicas	(19.249)	(6.480)
Total	94.174	43.806

16.2. Resultado com sorteios

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão da Provisão Para Sorteio	24.676	20.986
Constituição da Provisão Para Sorteio	(20.857)	(19.621)
Despesas Com Títulos Sorteados	(22.860)	(18.664)

Total	(19.041)	(17.299)
--------------	-----------------	-----------------

16.3. Custo de aquisição

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Corretagem	(13.963)	(88)
Despesas de Custeamento de Vendas	(3.048)	(6.948)
Total	(17.011)	(7.036)

16.4. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com Resgate de Título	6.313	1.538
Receita com Prescrição de Título	10.536	2.556
Despesas com Provisões	(3.015)	(628)

Total	13.834	3.466
--------------	---------------	--------------

16.5. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros	(50.035)	(15.129)
Localização e Funcionamento	(32)	(17)
Donativos e Contribuições	(44)	(50)
Publicidade e Propaganda	(181)	(97)
Despesas Administrativas Diversas	(21)	(1)

Total	(50.313)	(15.294)
--------------	-----------------	-----------------

16.6. Despesas com tributos

	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	(3.821)	(1.305)
PIS	(621)	(212)
Taxa de Fiscalização	(493)	(59)

Total	(4.935)	(1.576)
--------------	----------------	----------------

16.7. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Categoria – Disponível para Venda	10.605	2.543
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	10.605	2.543
Categoria - Mantido até o Vencimento	27.563	(1.271)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	27.563	(1.271)
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	(4.413)	18.740
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(4.413)	18.740
Outras Receitas Financeiras	16	-

Total – Receitas Financeiras	33.771	20.012
-------------------------------------	---------------	---------------

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	(8.721)	(19)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(8.721)	(19)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(49.365)	(14.974)
Outras Despesas Financeiras	(174)	-
Total – Despesas Financeiras	(58.260)	(14.462)

Total	(24.489)	5.550
--------------	-----------------	--------------

17. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas aliquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	(7.781)	(7.781)	11.617	11.617

ADIÇÕES	1.169	1.169</
----------------	--------------	-------------------



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Luciano Snel Corrêa

Conselheiros: Claudio Coutinho Mendes; Ademar Schardong; Claudio Leite Gastal; Cidimar Luis Stoffel; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

DIRETORIA

Diretor Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Capitalização S.A. - Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.8 e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates (“PR”), Provisão para Distribuição de Bônus (“PDB”) e a Provisão para Sorteios a Realizar (“PSR”). Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR. - conciliação dos registros analíticos suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis. - recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos. - com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como persistência, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam con-

sideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

de 2021), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$55.787mil (em 31 de dezembro de 2021), anteriormente referidos, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45

Felipe Fieri Amado - MIBA 2.385



PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/02/25/1952/issue9304.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

VERIFICADOR DE CONFORMIDADE

Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):

SELECIONAR ASSINATURA

VERIFICAR CONFORMIDADE

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

